



CÂMARA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO
ESTADO DE MINAS GERAIS

ATA DA 4ª REUNIÃO DA CPI DA ROTATÓRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 38ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE JANEIRO DE 2020, NO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO – Aos dezesseis dias do mês de janeiro de dois mil e vinte, às nove horas, reuniu-se a CPI da Rotatória, que tem por objeto a apuração de danos e irregularidades da construção da rotatória na Avenida Frei Florentino e da elevação da Rua Capitão Heliodoro Mariano, com a presença dos Vereadores Carlos Herbert Salomão, Fernando Lucrécio Coluce, José Maria Dias, Mário Donizetti Menezes e Roberto Teodoro. Foi declarada aberta a reunião pelo Presidente Roberto Teodoro. Em seguida a leitura e discussão da ata da reunião anterior foi submetida aos membros, e sua dispensa foi aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Oitiva das vítimas Maurício Gonçalves, Márcio Ângelo Casagrande e Zélia Miranda. Logo após, o Presidente leu as instruções das oitivas aos membros, informando que apartes não seriam permitidos, e anunciou que passariam a ouvir o depoimento do Sr. Maurício Gonçalves através de videoconferência. Em seguida, o Presidente cumprimentou o Senhor Maurício e explicou a seriedade do procedimento, ressaltando o compromisso da testemunha em dizer somente a verdade. Em seguida, deu início à oitiva, passando a palavra ao Vereador Carlos Herbert Salomão. Em seguida, o membro cumprimentou o depoente, e pediu para que ele falasse sobre a negociação que fora feita pela sua família com a Empresa MZB. O Sr. Maurício, então, disse que relataria como havia sido feito o contrato entre seus pais e a Empresa MZB. A princípio, disse que o imóvel de sua família limitava a largura da Rua Vereador Guerino Durante, e sua família tinha o sonho de demolir aquele imóvel e edificar outro, porém, a falta de recursos financeiros não permitiu a concretização dos planos. Após, disse que em determinada data, a Empresa MZB os procurou e propôs desmanchar a casa e desmembrar o terreno em três lotes para alienação ou futura construção, e em troca, pediram que 1 (um) dos três terrenos fossem passados à Empresa, para que eles pudessem fazer o alargamento da rua. Disse que no contrato, a MZB se comprometeu a fazer toda a infraestrutura dos terrenos e, após analisarem a proposta, decidiram aceitá-la. Disse que após o fim da obra, os terrenos foram completamente prejudicados, e que ela foi executada pela Prefeitura, e não pela MZB, como o esperado. Prosseguiu dizendo que soube que a parceria entre a MZB e a Prefeitura “não é uma coisa muito correta”, mas que quando leram o contrato, não se atentaram às questões legais, pois imaginavam que a obra seria executada pela Empresa. Disse, ainda, que os lotes foram bastante prejudicados, pois foi feito um muro na frente deles, além de ficarem sem fundo, pois atrás dos terrenos, fica a área institucional da Prefeitura. Falou que, com essa obra, sua família foi completamente prejudicada, tanto na questão material, quando na questão de sonhos e perspectivas, pois tinham planos de edificações para aquele local, o que não será mais possível, após a obra. Disse, também, que seus pais trabalharam muito durante suas vidas para conseguirem aquele terreno, e que não é justo serem prejudicados da maneira que foram. Em seguida, falou que acreditavam que todos seriam beneficiados, mas que no fim, a obra que a princípio levaria melhoria a todos, acabou sendo de grande prejuízo a seus pais. O membro Carlos Herbert, então, perguntou ao depoente se a família já tinha planos de destruir



**CÂMARA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO
ESTADO DE MINAS GERAIS**

o imóvel, e o Sr. Maurício respondeu, então, que tinham o sonho de demoli-la sim, pois a casa velha que tinham no local não apresentava nenhuma expectativa de renda ou de bom negócio futuro, e que imaginavam que quando tivessem uma boa condição financeira, poderiam construir um cômodo comercial, e até mesmo uma residência. Disse também, que diante de uma parceria que supostamente lhes levariam a ter uma vantagem, eles concordaram em fazer uma parceria com a empresa. O membro Carlos Herbert perguntou se o imóvel estava ocupado e o depoente disse que tinha uma pessoa que morava na casa, na época. Logo após, o membro perguntou se tinha menor morando na casa, e o depoente disse que não teve muito contato, pois mora em São Paulo/SP havia vinte e cinco anos, e que vai a Muzambinho apenas duas vezes ao mês, mas que quando foi ao local, e pelo que ficou sabendo pelos seus pais, havia uma criança morando no imóvel. O membro Carlos Herbert Salomão declarou não ter mais perguntas e o Presidente Roberto Teodoro passou a palavra ao relator Fernando Lucrécio Coluce. A princípio, o relator cumprimentou o depoente e disse que sua mãe havia dado esclarecimentos na última reunião, e perguntou a ele se ele gostaria de acrescentar algo em seu depoimento. O Sr. Maurício disse que gostaria de expressar sua decepção com a Administração atual que prejudicou os seus pais, pois o projeto aprovado pela Executivo não foi seguido, e se perguntou como um ente público pode aprovar um projeto particular, executar o projeto e não o executar de forma correta. Disse, também, que nunca trataram nada com a Prefeitura, somente com a MZB, porém, quando em 2018, foram até a Empresa para questionar o rumo da obra, pediram para que ele procurasse o Sr. Maurício Macedo, advogado da Prefeitura. Disse que nos contatos que fez com o advogado, para falar principalmente sobre o muro que obstruiu os terrenos de seus pais, obteve como resposta que o Prefeito informou que seus pais deveriam fazer uma retificação de área, pois o muro continuaria onde estava e seria necessário que isso constasse nas matrículas dos terrenos. Prosseguindo, o depoente disse que entrou em contato com a MZB e disse que não concordava com o proposto, pois o terreno dos seus pais ficava de frente às Ruas Vereador Guerino Durante e Capitão Heliodoro Mariano, e não aos fundos. Mesmo relutante, consentiu em fazer a retificação da área, porém, descobriu que a correção de área sem determinação do muro de obstrução não foi autorizada pela Prefeitura e nem pelo cartório e, dessa forma, disse que a única saída para os lotes de seus pais seria construir uma residência com um helicóptero ou de outra forma aérea, pois o terreno não tem frente e não tem fundo. Disse, também, que a obra foi equivocada, prejudicando não apenas seus pais, mas também, outros vizinhos, e falou que estão dispostos a buscar, com a ajuda dos parlamentares e da justiça, 100% (cem por cento) da indenização dos danos. Disse, também, que não querem obra corretiva, apenas indenização para seus pais, pois tentaram conversar e argumentar, até mesmo com as pessoas que estavam executando a obra e com o Prefeito, mas que não foram bem recebidos e nem bem interpretados. O relator Fernando disse que não havia mais indagações e o Presidente da Comissão passou a palavra ao membro José Maria Dias. O membro, a princípio, agradeceu ao depoente pelo seu tempo e parabenizou o estagiário Leonardo, e o Assessor Leandro pela qualidade da videoconferência. Em seguida, o membro pediu para que o depoente explicasse o fato



CÂMARA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO
ESTADO DE MINAS GERAIS

do contrato de parceria da Empresa MZB com a Prefeitura não terem assinatura do Prefeito e perguntou, também, ao depoente, se ele sabia onde era o terreno que seria passado aos seus pais pela Empresa MZB, em troca dos três lotes na Rua Vereador Guerino Durante. O depoente respondeu que a Empresa MZB deveria ser convocada para esclarecer como vincularam a Prefeitura em um contrato, sem a autorização dela. Disse também, que quando leu o contrato, não se atentou ao lado incorreto da parceria entre a Prefeitura e a Empresa, pois estava empolgado com a realização dos sonhos de seus pais. Disse que Otávio, Dilmar Rondinelli, Evandro e Michel, todos funcionários da MZB, deveriam ser convocados pela Comissão para serem questionados a respeito do contrato e da execução da obra, pois eles podem responder à pergunta feita. Disse que, sobre os terrenos, sempre foram apenas os que pertenciam a seus pais e os que pertenciam aos seus vizinhos, e que não havia nenhum terreno prometido em outro lugar. Falou que discutiam sobre a possibilidade de aumentar no fundo, o terreno que fora encolhido na frente, apenas, mas que isso não foi aprovado e que a MZB saberia explicar os motivos. O membro, então, perguntou se o depoente conhecia o novo loteamento da MZB, em que uma das entradas fica na Rua Vereador Guerino Durante. O membro respondeu que sim. O membro, então agradeceu ao depoente e encerrou suas perguntas. O Presidente da Comissão passou a palavra ao membro Mário Donizetti Menezes. A princípio, o membro disse que o depoente poderia ajudar e muito a Comissão e disse também que o principal motivo da CPI, é mostrar a sensibilização causada nos parlamentares às pessoas que se julgam prejudicadas pelas obras. Em seguida, perguntou ao depoente se existia alguma ação judicial a respeito do assunto, e o depoente disse que ainda não ingressaram em uma ação judicial, mas que o farão em breve. Em seguida, o membro perguntou se o depoente acredita que os lotes do loteamento Vale do Sol, da Empresa MZB foram valorizados com a obra feita na Rua Vereador Guerino Durante, e o depoente disse que acredita que não foram valorizados e nem desvalorizados, pela grande demanda do mercado imobiliário no município de Muzambinho. Disse, também, que acreditava que era necessário melhorar a entrada do loteamento, como foi feito, mas sem prejudicar ninguém. Após, o membro perguntou se o depoente acreditava que a benfeitoria feita era necessária e ele respondeu que talvez não seria necessário, mas algo deveria ser feito. Em seguida, o membro Mário Menezes encerrou seus questionamentos, agradecendo o Sr. Maurício. Logo após, o membro José Maria Dias, pediu a palavra por questão de ordem e disse ao depoente que a Empresa MZB será ouvida na segunda fase do procedimento. Disse, também, que na obra em questão, tiveram sérias irregularidades, e que estavam exercendo o papel de vereadores em investigar os motivos de tantos danos. O Sr. Maurício, então, disse que concorda com o membro, e que não quer que algo que o beneficie, prejudique a outros, e que a obra deveria ter sido mais bem planejada para que nenhum processo judicial fosse necessário. Em seguida, o membro Carlos Herbert disse que eles estão ali para investigar a obra, e que o membro José Maria estava antecipando os fatos, e que seria melhor que guardasse sua opinião para o fim do procedimento. O membro Carlos Herbert pediu para fazer uma última pergunta, e perguntou se os terrenos que pertenciam aos pais do depoente se transformaram em



CÂMARA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO
ESTADO DE MINAS GERAIS

rua ou continuaram como terreno, e o depoente disse que continuaram como terreno que foi desmembrado em três lotes que estão registrados em cartório, no nome do Sr. Sílvio Gonçalves. O relator Fernando Lucrécio Coluce pediu para fazer mais uma pergunta ao depoente, e perguntou se a MZB doou algum terreno à família, e o depoente disse que não, e que em nenhum momento a empresa os procurou para ressarcimento dos danos. O relator encerrou seus questionamentos. Em seguida, o Presidente Roberto Teodoro perguntou ao depoente se foi a Prefeitura ou a MZB que demoliu a antiga casa de seus pais e o Sr. Maurício respondeu que não estava presente no momento da demolição, mas que seus pais relataram que quem estava liderando a obra era o próprio Prefeito. Em seguida, o Presidente agradeceu o depoente e o dispensou. Em seguida, o Presidente convidou o Senhor Márcio Ângelo Casagrande para que ocupasse o lugar reservado aos depoentes. o Presidente explicou a seriedade do procedimento e ressaltou o compromisso da testemunha em dizer somente a verdade. Seguindo a ordem alfabética, o Presidente passou a palavra ao membro Carlos Herbert Salomão, que iniciou seus questionamentos perguntando ao Sr. Márcio se ele já havia ingressado na justiça para reclamar os direitos que acreditava terem sido lesados em decorrência da obra. O depoente respondeu que sim. Em seguida, o membro perguntou contra quem a ação foi ajuizada, e o depoente disse que não sabia, pois era seu filho quem estava cuidando de tudo. O membro Carlos Herbert disse que não havia mais perguntas e o Presidente da Comissão passou a palavra ao relator Fernando Lucrécio Coluce. Inicialmente, o relator perguntou se o depoente sabia se a Prefeitura tinha algum projeto que mostrava que o solo suportaria o aterro. O depoente respondeu que teve uma Empresa que foi ao local e fez três buracos na rua, mas que não adiantou nada. Disse ainda, que tudo foi feito de forma manual, e que os buracos não tinham profundidade suficiente para averiguar nada. Após, o relator perguntou se a Prefeitura o informou que começaria a obra de elevação, e o depoente disse que não teve nenhum aviso antecipado, que alguns funcionários simplesmente chegaram e demarcaram o muro. O relator perguntou se o depoente presenciou o Prefeito dizer que mandava em tudo e fazia o que queria no local, e o depoente disse que não. Em seguida, o relator perguntou se era o Prefeito ou o engenheiro que fez a marcação do muro. O depoente respondeu que não sabia, que era "um pessoal com aquelas máquinas", e que o trabalho era dividido entre os funcionários. O relator perguntou de onde eram os funcionários e o depoente disse que eram funcionários da Empresa Pavidez, que foram eles que fizeram as marcas no muro. O relator, então, perguntou se era verdade que os funcionários da Prefeitura estavam abrindo buracos na rua, procurando a causa dos danos, mas sem apresentar projeto. O Sr. Márcio respondeu que era verdade sim, mas que o que eles estavam fazendo não iria adiantar nada, pois a profundidade dos buracos é muito pequena. O relator encerrou os questionamentos e o Presidente da Comissão passou a palavra ao membro José Maria Dias, que iniciou seus questionamentos perguntando ao depoente se o Prefeito, antes da obra, perguntou a ele, qual a altura que desejaria que o muro tivesse, e o Sr. Márcio respondeu que não, que eles chegaram e demarcaram o muro sem falar nada. Disse, ainda, que a elevação não o prejudicou, pois o muro feito próximo ao meio fio, não prejudicando.



CÂMARA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO
ESTADO DE MINAS GERAIS

em nada o seu terreno. O membro perguntou, em seguida, se o depoente sabia o nome da empresa que fez o serviço de marcação do muro e o depoente disse que não sabia. O membro, então, perguntou se algum dia o depoente presenciou o Sr. Prefeito medindo o local, juntamente com o Sr. Goemy Riboli com uma corda, e o depoente disse que não. O membro perguntou, em seguida, se o Sr. Márcio sabia se no dia que a terra foi retirada, a parede do vizinho, Sr. Dimas, caiu e foi necessário que outra fosse feita, e o depoente disse que não sabia. O depoente, então, perguntou há quanto tempo possuía aquele imóvel, e o depoente respondeu que já havia trinta anos e, até então, não tinha nenhuma trinca no imóvel. Disse, também, que durante a execução da obra, não tinha nenhuma trinca e que elas só apareceram quando choveu pela primeira vez, após o término da obra. O membro José Maria perguntou, em seguida, se a Prefeitura providenciou algum lugar para que ele ficasse após o Corpo de Bombeiros ter interditado o imóvel, e ele respondeu que ofereceram uma salinha para que montasse seu escritório, mas como o local era muito pequeno e mal cabia sua escrivaninha, disse que não aceitou, pois para ele não servia. O membro, então, perguntou se a casa do depoente estava interditada, e ele respondeu que estava, e que, segundo laudo da defesa civil, está sujeito a desabamento. O membro, então, perguntou se a Prefeitura o procurou para compensar a perda, e o depoente respondeu que não. Disse, também, que pediu o cômodo da rodoviária para se instalar lá, pois no imóvel interditado ficava seu escritório, o de seu filho, morava no apartamento de baixo, alugava o outro, e agora perdeu tudo isso e, então, teve que se mudar para o imóvel que nem havia terminado de construir ainda. Após, o membro perguntou se o depoente é proprietário do imóvel, e se tem documentos que comprovam isso, como IPTU e registro, e o depoente disse que sim. O membro José Maria Dias, então, disse que não havia mais perguntas e o Presidente passou a palavra ao membro Mário Donizetti Menezes, que iniciou seus questionamentos, dizendo que o caso do Sr. Márcio deve ser tratado com urgência, pois há risco de desabamento e que, por isso, juntamente com o membro Carlos Herbert, pediria ao Prefeito, que através da empresa responsável pela obra, tomassem medidas de reparação de forma ágil. Em seguida, disse que acredita que a CPI não é mais tão necessária, uma vez que todos os que acreditam ter sido lesados já ingressaram com ação judicial, e que todo o procedimento que está sendo feito, será repetido pelo Poder Judiciário. Disse também, que se a oposição estiver com a intenção de cassar o Prefeito, isso não acontecerá, pois serão necessários 2/3 dos votos e que, pelo menos por sua parte, isso não acontecerá. Após, o membro se declarou suspeito para interrogar o depoente devido ao parentesco existente entre eles. Em seguida, o membro José Maria pediu a palavra e disse ao Sr. Márcio que, por sua parte, não existe oposição, que os Vereadores estão cumprindo seu trabalho como fiscalizadores, ainda mais que se tratava de uma obra em que munícipes foram lesados, e por isso, jamais poderiam ser omissos. Após, o membro Carlos Herbert Salomão pediu para tecer um comentário, e disse que concorda com o membro Mário Donizetti, pois a justiça fará com que o direito de todos os lesados seja reestabelecido e, por isso, a CPI servirá apenas para gastar dinheiro público na contratação de peritos. Em seguida, o relator Fernando disse que o relatório final será feito em cima da verdade, e que a



**CÂMARA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO
ESTADO DE MINAS GERAIS**

população deve saber o que está acontecendo, pois se a Prefeitura for responsabilizada, é o contribuinte quem arcará com o ressarcimento dos danos, através de contribuições. Após, o Presidente agradeceu a testemunha e ela foi dispensada. Em seguida, o Presidente convidou a testemunha Sra. Zélia Miranda para que ocupasse o local reservado aos depoentes. O Presidente explicou a seriedade do procedimento e ressaltou o compromisso da testemunha em dizer somente a verdade. Respeitando a ordem alfabética, o Presidente passou a palavra ao membro Carlos Herbert Salomão para que começasse seus questionamentos. Inicialmente, o membro perguntou à depoente qual foi o dano causado no imóvel e qual o prejuízo que ela teve. A Sra. Zélia respondeu que ainda não fez uma avaliação, mas que a casa que alugava foi afetada com mofo, bolor e infiltrações. Disse, ainda que sua lavanderia foi danificada, e que não consegue abrir o seu portão. Por fim, acrescentou que seu inquilino saiu da casa por medo de que algo acontecesse enquanto ele estivesse lá dentro. O membro Carlos Herbert, então, perguntou se a depoente já havia entrado com uma ação judicial para reparação dos danos e ela disse que não. O membro perguntou se ela pretende entrar, e ela disse que sim. O membro Carlos Herbert Salomão encerrou seu questionamento, e o Presidente da Comissão passou a palavra ao relator Fernando Lucrécio Coluce, que iniciou seus questionamentos perguntando se a depoente sabia se tinha algum projeto da Prefeitura que dizia que a rua elevada suportaria um aterramento, e ela disse que não sabia. Após, o relator perguntou à depoente se ela havia presenciado o Prefeito dizer que mandava e tudo, e que faria o que quisesse ali, e a depoente disse que não, mas que presenciou o Prefeito na obra, que ele estava no local permanentemente, todos os dias. O relator perguntou se o Prefeito fazia a metragem com corda juntamente com seus funcionários, e a depoente disse que sim. Em seguida, o relator perguntou se a Sra. Zélia via algum engenheiro junto com ele, e ela disse que apesar de ter muita gente no local com ele, do seu conhecimento, não havia nenhum engenheiro. Após, o relator perguntou se a depoente sabia quem havia demarcado o muro, e ela disse que não presenciou a marcação. Em seguida, o relator perguntou se antes da obra, o imóvel da depoente apresentava rachaduras e ela disse que não, que elas só começaram a aparecer depois da concretização da obra. Disse também, que sua lavanderia passou a infiltrar, de maneira que não pode mais ser utilizada, além da rachadura na porta da sua casa, e do portão que não abre. O relator perguntou se ela havia levado um engenheiro em sua casa para calcular os danos, e ela disse que não, e que precisa saber se os problemas vão ser estabilizados, ou se as rachaduras aumentarão e que está vivendo com insegurança, assim como seus vizinhos. Em seguida, o relator perguntou se a depoente viu os funcionários da Prefeitura tentando achar o erro da obra, e ela respondeu que sim, e que retiraram o calçamento do seu passeio, o que causou uma sensação desagradável, principalmente aos hóspedes do seu hotel. O relator encerrou seus questionamentos e o Presidente Roberto passou a palavra ao membro José Maria Dias que, inicialmente, disse que discorda dos Vereadores Mário Menezes e Carlos Herbert, pois se a CPI não fosse necessária, ela também não seria feita nas esferas Estadual e Federal. Disse, também, que precisam trabalhar com imparcialidade para apurar os fatos e descobrirem quem ou quais são os responsáveis



**CÂMARA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO
ESTADO DE MINAS GERAIS**

pelos danos. Em seguida, iniciou seus questionamentos, perguntando se a depoente teve conhecimento de algum projeto daquela obra, e ela disse que não. Após, o membro perguntou há quanto tempo a depoente mora no local, e ela respondeu que morou por lá cerca de quinze anos e, embora o local não seja mais a sua residência, ela vai até lá todos os dias, pois é seu local de trabalho. Após, o membro perguntou se antes da obra, o imóvel apresentava problemas e a depoente respondeu que não, que todos os problemas começaram a aparecer após a concretização da obra e que, inclusive, o chão da calçada chegou a afundar alguns centímetros, e que o cimento estufou no chão da lavanderia. O membro, então, perguntou se a depoente presenciou alguma empresa fazendo análise do solo antes do início da obra, e ela respondeu que não. Por fim, o membro perguntou se a Prefeitura a procurou e a depoente disse que não. O membro José Maria Dias encerrou seus questionamentos e, sem seguida, o Presidente da Comissão passou a palavra ao membro Mário Donizetti Menezes que, inicialmente, disse à depoente que cabe somente à justiça, reparar danos, e que o Poder Legislativo não pode fazer nada nesse sentido. Assim, aconselhou que ela entrasse com uma ação judicial para proteger os seus direitos. Disse também, que acredita que a CPI tem intenção política, pois a única coisa que o Poder Legislativo pode fazer, é punir o ente público se ele for considerado culpado. Encerrado o pronunciamento do membro Mário Donizetti Menezes, o Presidente dispensou a testemunha. Em seguida, o Presidente deixou a palavra franqueada aos membros. O membro Carlos Herbert Salomão disse que todos os prejudicados já procuraram a justiça. O Presidente, então, disse que no momento de abertura da CPI, os membros foram favoráveis que esta fosse instaurada para apuração dos fatos, e que o procedimento deve ser seguido. Após, o relator falou sobre a competência do Legislativo como fiscalizador do Poder Executivo. O membro José Maria Dias, em seguida, disse que a Lei Orgânica concede todo o direito de abertura de CPI aos Edis, e que tudo está sendo feito de forma correta. O membro Carlos Herbert disse, então, que a testemunha Maria Aparecida Gonçalves mentiu, pois não havia nenhuma criança na casa, uma vez que a mãe havia perdido a guarda de seu filho. Em seguida, todos os membros discutiram sobre a possibilidade de a CPI ter apenas cunho político. Nada mais havendo a se tratar, o Presidente convocou os demais membros para a próxima reunião, no dia 20 de janeiro de 2020, no mesmo local, às 16 horas, em que serão ouvidas as vítimas e testemunhas, Senhor Rubens Frutuoso, Senhora Maria da Penha Silva e Senhora Suely de Oliveira. Após aprovação, a presente Ata é assinada pelo Presidente da Reunião e pelos demais componentes, e publicada no quadro/mural do Legislativo e no sítio oficial da Câmara.